



# DIÁRIO OFICIAL

## EDIÇÃO ESPECIAL

Órgão Oficial do Município de Lucena-Paraíba

Lucena -Paraíba, sexta-feira, 25 de abril de 2025 - Ano 2025 -Nº 4962 [www.lucena.pb.gov.br](http://www.lucena.pb.gov.br)

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA

#### MENSAGENS DE VETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA

#### MENSAGEM DE VETO TOTAL Nº003/2025. AO PROJETO DE LEI Nº PL017/2025.

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Comunico a esta Egrégia Câmara Municipal que, nos termos do art. 30, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, resolvi vetar integralmente, por **inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público**, o Projeto de Lei nº PL017/2025, de autoria do nobre Vereador Mersinho da UP, que “**Institui o controle de entrada e saída de veículos, máquinas e equipamentos no âmbito da Administração Pública Municipal de Lucena-PB e dá outras providências**”.

Embora louvável a intenção da proposição — que visa a garantir a boa gestão e o uso adequado do patrimônio público — o referido projeto **extrapola a competência do Poder Legislativo ao criar obrigações administrativas, atribuições de órgãos e funções específicas a servidores públicos**, invadindo, assim, a esfera de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme estabelece a Constituição Federal, em seu art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", e conforme resguardado também pela Lei Orgânica do Município.

Ademais, **a proposição interfere diretamente na organização interna da Administração Pública**, ao estabelecer mecanismos de controle, prazos e procedimentos específicos, matéria cuja regulamentação compete exclusivamente ao Executivo Municipal.

Essa ingerência afronta o princípio da separação e da harmonia entre os Poderes, cláusula pétrea do Estado Democrático de Direito.

Cabe ainda observar que a própria redação do projeto já reconhece a necessidade de regulamentação posterior por parte do Executivo, o que evidencia que as disposições nele contidas não são plenamente autoaplicáveis, acarretando **riscos de ineficácia e insegurança jurídica**.

Por tais razões, e com fundamento jurídico e institucional, **veto integralmente o Projeto de Lei nº PL017/2025**, por vício de iniciativa e por contrariar o interesse público e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Diante do exposto, e em respeito ao pacto federativo, à separação dos poderes e à autonomia administrativa do Executivo, **veto integralmente o Projeto de Lei nº PL017/2025**, por sua inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Informo que nos próximos dias, o Executivo Municipal providenciará um novo Projeto de Lei com esta mesma natureza, adequando a realidade do Município.

Lucena-PB, 25 de abril de 2025.

  
LEOMAX DA COSTA BANDEIRA  
PREFEITO

#### MENSAGEM DE VETO TOTAL Nº004/2025. AO PROJETO DE LEI Nº 016/2025.

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Ao cumprimentá-los, a esta honrada Câmara Municipal para, nos termos do art. [inserir o artigo correspondente da Lei Orgânica Municipal], comunicar o **veto total** ao Projeto de Lei nº 016/2025, de autoria do nobre Vereador Mersinho da UP, que “**Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivos de rastreamento por GPS em veículos, máquinas e equipamentos de pequeno e grande porte da Prefeitura Municipal de Lucena e dá outras providências**”.

Embora reconheça a **boa intenção** da proposta, voltada à promoção de maior controle e transparência na gestão dos bens públicos municipais, **a proposição padece de vício de iniciativa**, uma vez que trata de matéria **inserida na esfera de competência privativa do Chefe do Poder Executivo**, conforme prevê os art.30, III da Lei Orgânica, art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal, de aplicação subsidiária aos municípios.

A matéria objeto do projeto — ao determinar obrigações operacionais, financeiras e administrativas para o Executivo — **interfere diretamente na organização interna da Administração Pública Municipal**, especialmente no que tange à aquisição de tecnologia, à estruturação dos órgãos, à gestão orçamentária e à definição de prioridades administrativas.

Além disso, o projeto impõe à Prefeitura Municipal despesas que não estão previstas na Lei Orçamentária vigente, **sem apresentar estimativa de impacto financeiro e orçamentário**, em afronta ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), bem como à

**Lucena -Paraíba, sexta-feira, 25 de abril de 2025 - Ano 2025 -Nº 4962**    [www.lucena.pb.gov.br](http://www.lucena.pb.gov.br)

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por tais fundamentos, o Projeto de Lei nº 016/2025 mostra-se **juridicamente inadequado e de implementação incerta**, razão pela qual, no exercício do dever constitucional de zelar pela legalidade e pela harmonia entre os Poderes, **opto pelo seu veto total**.

Encaminho, portanto, a presente Mensagem de veto total para apreciação desta Casa Legislativa, confiando que os nobres vereadores compreenderão a necessidade e a razoabilidade desta decisão, com vistas à manutenção da legalidade, da responsabilidade fiscal e da autonomia administrativa do Poder Executivo.

Lucena-PB, 25 de abril de 2025.

  
LEOMAX DA COSTA BANDEIRA  
PREFEITO

**MENSAGEM DE VETO TOTAL Nº005/2025.  
AO PROJETO DE LEI Nº PL018/2025.**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Encaminho a esta Egrégia Câmara Municipal, com fundamento no art. [inserir artigo da Lei Orgânica do Município de Lucena que trata do veto], a presente **mensagem de veto total ao Projeto de Lei nº 018/2025**, de autoria do Vereador Sandro Toscano, que **“Dispõe sobre os direitos das estudantes gestantes e mães no âmbito do Município de Lucena e dá outras providências”**.

Não obstante a relevância social da matéria e a nobre intenção do legislador em garantir o direito à educação de estudantes gestantes e mães, **o projeto padece de vício de iniciativa**, ao dispor sobre a **gestão de políticas públicas educacionais, a organização administrativa das unidades escolares e a criação de obrigações à Secretaria Municipal de Educação**, matérias essas que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme previsto no art. 30, incisos III e IV da Lei Orgânica Municipal, e na Constituição Federal (art. 61, §1º, II, "e").

Ademais, ao criar obrigações que impactam diretamente a estrutura física das escolas (como a exigência de espaços para amamentação) e ao prever programas de atendimento psicológico e social, o projeto **gera despesa pública sem apresentar estimativa de impacto orçamentário e financeiro**, o que contraria o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Importante destacar que os direitos pretendidos pela proposição já encontram respaldo em normas superiores, como a

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)** e o **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**, de modo que eventuais regulamentações sobre o tema devem observar os instrumentos legais já existentes e sua implementação deve ser realizada por meio de políticas públicas formuladas pelo Executivo, com planejamento técnico e orçamentário adequado.

Diante do exposto, **veto integralmente o Projeto de Lei nº 018/2025**, por entender que sua sanção implicaria violação ao princípio da separação dos poderes e à legislação vigente, além de gerar obrigações sem respaldo técnico-financeiro adequado.

Renovo, por fim, o compromisso desta gestão com a promoção de políticas públicas voltadas à equidade de gênero, à proteção da maternidade e à permanência escolar, desde que observadas as competências constitucionais e legais. Comunicando também, que nos próximos dias, será elaborado Projeto de Lei do Executivo com a finalidade de acima, atendendo os requisitos legais da competência do Chefe do Executivo.

Lucena-PB, 25 de abril de 2025.

  
LEOMAX DA COSTA BANDEIRA  
PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA**

**LEIS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA**

**LEI ORDINÁRIA Nº 1.174 DE 25 DE ABRIL DE 2025.**

**Proíbe, no âmbito do Município de Lucena, a inauguração de obras públicas não iniciadas (pedra fundamental) ou não concluídas, institui o “Habite-se Especial” para obras públicas e dá outras providências.**

**O Prefeito do Município de Lucena**, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei ordinária:

**Art. 1º** Fica proibida, no âmbito do Município de Lucena, a inauguração de qualquer obra pública que não esteja concluída, entendendo-se como tal a ausência do “Habite-se Especial de Obras Públicas”, visando resguardar o interesse da população quanto à saúde coletiva, segurança e uso adequado de instalações custeadas com recursos públicos.

**§ 1º** O “Habite-se Especial de Obras Públicas” deverá ser requerido pelo executor contratado ou responsável técnico da obra antes da inauguração oficial, acompanhado dos atestados das concessionárias de água e energia elétrica e do Corpo de Bombeiros, que certifiquem a funcionalidade correta das instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e de combate a incêndio.

**§ 2º** A expedição do “Habite-se Especial de Obras Públicas” é de competência da Prefeitura Municipal de Lucena, conforme as disposições desta Lei e suas regulamentações, aplicando-se inclusive às obras da própria municipalidade.

**§ 3º** Inclui-se na proibição a inauguração de “pedra fundamental” de obra a iniciar-se.

**Art. 2º** O “Habite-se Especial de Obras Públicas” instituído por esta Lei comprovará a observância das normas técnicas e legais em obras de qualquer natureza custeadas com recursos públicos, bem como o atendimento aos projetos arquitetônicos, de drenagem, preservação ambiental, engenharia e especificação de materiais aprovados, garantindo plenamente o interesse público.

**Art. 3º** Na garantia plena do interesse público, serão consideradas, entre outras, as seguintes razões:

- a)** Possíveis prejuízos aos padrões de desenvolvimento urbano do Município pelo não atendimento às normas da legislação aplicável ou exigências municipais;
- b)** Falhas ou omissões de serviços relativos à proteção contra enchentes e outras consequências negativas para a população;
- c)** Condições negativas comprovadas decorrentes da qualidade dos serviços ou materiais empregados na obra.

**Art. 4º** Caso seja realizada a inauguração oficial de obra pública sem o cumprimento do disposto no § 1º do Art. 1º desta Lei, é assegurado a qualquer organização da sociedade civil legalmente constituída o direito de peticionar à Prefeitura Municipal, requerendo a interdição do uso e ocupação da obra inaugurada até a emissão do “Habite-se Especial de Obras Públicas”, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil e criminal, se houver.

**Art. 5º** Esta Lei tem como finalidade garantir a qualidade dos serviços contratados ou executados diretamente pelo Poder Público, visando à preservação das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes, conforme os artigos 37, § 3º, I e 182 da Constituição Federal e a Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lucena-PB, 25 de abril de 2025.

  
LEOMAX DA COSTA BANDEIRA  
PREFEITO

**LEI ORDINÁRIA Nº 1.175 DE 25 DE ABRIL DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO AO EMPREGO PARA MÃES SOLO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUCENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Prefeito do Município de Lucena**, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei ordinária:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Lucena, o Programa de Incentivo ao Emprego para Mães Solo, com o objetivo de promover a inclusão no mercado de trabalho e o desenvolvimento socioeconômico de mulheres que são as únicas responsáveis por seus filhos.

**Art. 2º** O programa terá como principais diretrizes:

- I – oferecer incentivos fiscais às empresas que contratarem mães solo, nos termos da legislação vigente;
- II – criar e fomentar parcerias com empresas, cooperativas, associações e instituições públicas e privadas para ampliar as oportunidades de emprego e qualificação profissional para mães solo;
- III – promover cursos de capacitação e qualificação profissional específicos para mães solo, priorizando áreas de maior empregabilidade no município;
- IV – disponibilizar vagas prioritárias para mães solo em programas municipais de geração de emprego e renda;
- V – facilitar o acesso a linhas de crédito e microcrédito para mães solo empreendedoras, com condições diferenciadas e assistência técnica para gestão de negócios;
- VI – incentivar a criação de espaços de acolhimento infantil em empresas parceiras e órgãos públicos, visando à conciliação entre maternidade e vida profissional.

**Art. 3º** Para fins desta Lei, considera-se mãe solo a mulher que exerce, sem cônjuge ou companheiro(a), a responsabilidade exclusiva sobre a criação, sustento e cuidados dos filhos.

**Lucena -Paraíba, sexta-feira, 25 de abril de 2025 - Ano 2025 -Nº 4962    [www.lucena.pb.gov.br](http://www.lucena.pb.gov.br)**

**Art. 4º O Município poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para a implementação das ações previstas neste programa, bem como buscar recursos estaduais e federais para sua execução.**

**Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.**

**Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Lucena-PB, 25 de abril de 2025.

  
LEOMAX DA COSTA BANDEIRA  
PREFEITO



**Prefeitura Municipal de Lucena**

Avenida Américo Falcão, 736 – Centro – Lucena/ Paraíba

**DIÁRIO OFICIAL | Órgão Oficial do Município de Lucena-Paraíba**

**Leomax da Costa Bandeira**  
Prefeito Constitucional

Secretaria de Administração

Disponível em [www.lucena.pb.gov.br](http://www.lucena.pb.gov.br) de segunda à sexta, e em edições especiais.